



## **Figuras da racialização: a trajetória política do vereador Joaquim Neto em Barreiras/BA (1940-1950)**

*Figures of racialization: the political trajectory of councilman Joaquim  
Neto in Barreiras/BA (1940-1950)*

---

**Rafael Trapp**

<http://orcid.org/0000-0002-7475-2278>

Doutor em História pela UFF, professor da UFRR.

<http://lattes.cnpq.br/8076343067046390>

[rafael.trapp@ufr.br](mailto:rafael.trapp@ufr.br)

## Resumo

O presente artigo é um estudo da trajetória política do vereador Joaquim Neto da cidade de Barreiras/BA entre as décadas de 1940-1950. Dentro de uma abordagem indiciária, buscam-se as configurações específicas das reivindicações, resistências e lutas sociais e populares em diálogo com o que poderíamos chamar de estudos de pós-abolição no Oeste da Bahia. Na primeira parte, reunimos informações empíricas, fruto de pesquisa bibliográfica e de arquivo, para situar as maneiras em que o personagem Joaquim Neto foi objetivado pelo memorialismo; posteriormente, circunscrevemos sua experiência subjetiva na ação política obedecendo ao objetivo principal de apreender um vocabulário social possível em que o pós-abolição se descortine como uma evidência histórica.

## Palavras-chave

História política. Racialização. Joaquim Neto. História de Barreiras/BA.

## Figures of racialization: the political trajectory of councilman Joaquim Neto in Barreiras/BA (1940-1950)

## Abstract

The present article is a study of the political trajectory of councilman Joaquim Neto from the city of Barreiras, Bahia, between the 1940s and 1950s. Within an indicial approach, we seek the specific configurations of claims, resistances, and social and popular struggles in dialogue with what we could call post-abolition studies in Western Bahia. In the first part, we gather empirical information, the result of bibliographic and archival research, to situate the ways in which the figure of Joaquim Neto was objectified by memorialism; subsequently, we circumscribe his subjective experience in political action, following the main objective of grasping a possible social vocabulary in which post-abolition unfolds as a historical evidence.

## Keywords

Political history. Racialization. Joaquim Neto. History of Barreiras/BA.

## Introdução

O estudo sobre a trajetória do vereador negro Joaquim Neto se insere como uma possibilidade de levantar questões e problemas para o campo do pós-abolição no Oeste da Bahia, tema de desenvolvimento historiográfico ainda incipiente nesse contexto regional. O nome de Joaquim Neto habita memórias coletivas de Barreiras/BA e imaginários político do Oeste como símbolo de luta



social. Em Barreiras nasceu, no início do século XX, e nela viveu pela maior parte de sua vida como vereador, comerciante, líder comunitário, carnavalesco, entre outras atividades, até fins dos anos 1960, quando se ausentou do concerto dos vivos. Com certa frequência evocado na literatura regional, sua alcunha nomeia a escola, a praça e a rua principal do bairro que ajudou a projetar e a construir na década de 1960 em uma área alagadiça nos arredores do centro, a Vila Brasil, uma das mais importantes iniciativas de organização popular da história do interior do estado (Souza, 2018).

Joaquim Neto se tornou conhecido pela defesa dos direitos dos grupos sociais mais vulneráveis e pela contundência de seus posicionamentos críticos aos poderes estabelecidos. Além dos compromissos na Câmara de Vereadores de Barreiras entre 1951-1958 pelo Partido Trabalhista Brasileiro, fundou a primeira associação de trabalhadores da cidade, em 1947, e fomentou a mais antiga greve de que se tem notícia em Barreiras e no interior da Bahia, em 1952, cujos protagonistas foram os funcionários públicos do município. Por outro lado, como sujeito negro marcado pela origem de classe subalterna e ainda pela orientação sexual dissidente, teve sua trajetória assinalada pelo racismo e homofobia, preconceitos por vezes mobilizados contra sua figura política e as ideias que professava. Não obstante seu protagonismo público em diferentes esferas, morreu na pobreza, e a dimensão especificamente política do conteúdo contestatório de suas ideias caiu no esquecimento.

As páginas seguintes pretendem revelar, numa perspectiva historiográfica, lances da vida e obra de Joaquim Neto para conectar e abrir espaços de discussão entre duas ordens de interesse científico no âmbito teórico da história social (Burke, 2002): as configurações específicas das reivindicações, resistências e lutas sociais e populares em diálogo com o que poderíamos chamar de estudos de pós-abolição no Oeste da Bahia, em um esforço de pensar novos horizontes de pesquisa e fornecer subsídios para a educação etnicorracial.

A concentração do olhar está focada no exame de um itinerário singular em razão principalmente do fato de que pesquisas em pós-abolição no contexto barreirense e oestino frequentemente esbarram na escassez de fontes históricas. Nesse sentido, o estudo de trajetória pode ser uma opção interessante, uma vez que a relativa excepcionalidade da existência de sujeitos não hegemônicos como Joaquim Neto pode ensejar a conservação, ainda que lacunar e precária, de documentos em que vislumbramos a voz e as ideias de pessoas marginalizadas por suas próprias palavras, como os discursos do vereador nas atas da Câmara de Vereadores de Barreiras, que guarda



sua história institucional em livros de atas desde 1948. A inserção múltipla, contraditória e diferenciada de tais sujeitos – negros, pobres, mulheres, indígenas, camponeses – em instituições ligadas a Estado (a Justiça, a Política, a Polícia, a Igreja, entre outras), ironicamente, preserva acesso ao mundo em que seus pensamentos e ações foram produzidos e contrapostos às vontades de poder que conjuraram forças para sua exclusão.

Adotamos um paradigma indiciário (Ginzburg, 1990), procedimento que enxerga os documentos pelos detalhes, resíduos, margens; ele procura encontrar, onde não se imagina ou a consciência não alcança, os atos falhos, as metáforas, os recônditos da historicidade do pensamento. Trata-se de averiguar se podemos encontrar em uma fonte oficial, limitada em sua linguagem específica e aos rituais do trabalho legislativo – os livros de atas da Câmara de Vereadores de Barreiras –, elementos para propor a ideia do pós-abolição como um problema teórico para a formação sócio-histórica do Oeste baiano através de “formas de racialização das [...] relações econômicas, políticas ou sociais [...] [entre as] várias percepções que os atores históricos tiveram deste momento” (Rios; Mattos, 2004, p. 191). A respeito desse último ponto, seguimos a premissa da série historiográfica “Personagens do Pós-abolição” (2020), que reuniu estudos sobre sujeitos sociais negros de vidas marcadas por apagamentos:

Foram homens e mulheres marcados pela condição racial e de gênero que circularam por diferentes regiões, levantaram bandeiras antirracistas e atuaram na transformação das possibilidades de exercício da cidadania da população negra no Brasil. Em diálogo com bell hooks, suas trajetórias, olhadas em conjunto, podem ser pensadas como percursos de “transgressão” frente aos estereótipos associados ao passado escravista. E, como procuramos mostrar, não estavam sozinhos: suas trajetórias nos informam sobre projetos autônomos de grupos sociais negros que respaldavam e davam sentido a suas ações e agenciamentos políticos.<sup>1</sup>

Nessa abordagem, exploramos as visões dos sujeitos na construção de expectativas e vivências de cidadania no pós-abolição, bem como sua denegação por meio de preconceitos, estigmatização e pauperização social. A análise de trajetória de Joaquim Neto em seu contexto – sobretudo a partir do trabalho como vereador – é um exercício de operação historiográfica que proporciona veios heurísticos para alumbrar o caminho de constituição das perguntas e problemáticas necessárias à

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://personagensdoposabolicao.uff.br/sobre/>. Acesso em: 17 jun. 2022.



elaboração de um campo autônomo de investigações históricas nos interesses do pós-abolição, um movimento intelectual vibrante e em franco desenvolvimento no panorama brasileiro contemporâneo, mas virtualmente inexistente até o momento no cenário espaço-temporal em destaque.

Entende-se por Oeste da Bahia ou Oeste baiano a vasta região do estado que, outrora (nos períodos colonial e imperial) denominada “Além São Francisco” ou “Sertão do São Francisco”, compreende, no avançar de meados do século XX, os “35 municípios localizados à margem esquerda do Rio São Francisco inseridos quase que em sua totalidade em áreas de domínio do cerrado” (Oliveira, 2014, p. 1279). É às margens do Rio Grande, em Barreiras, cidade fincada nesse território, que a presente narrativa historiográfica, de cunho primariamente empírico – dada a ausência de bibliografia especializada (ainda mais para os anos 1950) –, se desenrola.

Na primeira parte, reunimos informações empíricas, fruto de pesquisa bibliográfica e de arquivo, para situar as maneiras em que o personagem Joaquim Neto foi objetivado pelo memorialismo, em Barreiras, sem recair, porém, na reconstrução de um mito ou fazer o elogio da coerência de uma trajetória – o que Bourdieu (1996) definiu como ilusão biográfica. Posteriormente, investimos na tentativa de circunscrever sua experiência subjetiva na ação política obedecendo ao objetivo principal de apreender um vocabulário social possível em que o pós-abolição se descortine como uma evidência histórica.

### **Joaquim Neto, o personagem**

A maior parcela de material<sup>2</sup> sobre a trajetória pessoal de Joaquim Neto se encontra em dois textos publicados pelo médico, escritor e memorialista barreirense Luiz Gonzaga Pamplona. Ele também foi vereador e parece ter conhecido Neto em vida. Em 1991, escreveu para o jornal *Correio de Barreiras* o artigo “Joaquim Neto, o subversivo sindicalista”. Anos depois, em 2002, no livro *Barreiras/BA, ... da Barra pra cá*, voltou ao assunto. Boa parte das informações que constam nessas duas obras foram confirmadas e/ou localizadas em outros textos e em falas do próprio Joaquim Neto (trazidas na próxima seção do texto), o que confere à memória de Pamplona razoável confiabilidade para nossa reconstrução histórica.

---

<sup>2</sup> Todos as obras citadas nessa parte do texto se encontram no acervo bibliográfico do Núcleo de História e Memória da Universidade Federal do Oeste da Bahia, em Barreiras.



O autor escreve com grande detalhamento e não se abstém de ferir sensibilidades, ao enfatizar os preconceitos sociais e expor as contrariedades que o biografado suscitava no meio político barreirense: ele diz que seu espírito vagava “pelos salões da Câmara de Vereadores procurando reencarnar-se [...]”. Joaquim Neto teria nascido em 1905, filho de uma “preta, descendente de escravos” que trabalhava “como serviçal, mesmo beneficiada pela Lei Áurea” para a família de Mariano Neto da França, 5º intendente municipal de Barreiras. De acordo com Pamplona, dessa família herdara “de graça” o sobrenome Neto.<sup>3</sup> Em 1924, mudou-se para Presidente Prudente, no interior do estado de São Paulo, cidade que na época se expandia economicamente, onde permaneceu até 1944. Foi nessa oportunidade que ele teria contraído o “vírus do sindicalismo que vingava em São Paulo como teoria de organização da massa trabalhadora” (Pamplona, 1991, p. 3). Não consta que tivesse frequentado ou concluído escolarização formal.

De retorno à sua terra natal, abriu um restaurante de culinária italiana (aprendida em São Paulo) na rua Barão de Cotegipe, uma via central de uma época em que o núcleo nervoso da cidade era o atual Centro Histórico de Barreiras, em torno do cais do Rio Grande, cujo porto concentrava a dinâmica econômica e os transportes, antes da chegada das rodovias, apenas em 1970. Essa atividade o tornou conhecido da população, junto com sua dedicação a festas, ao Carnaval e ao futebol, envolvimento registrado em sua única fotografia conhecida, como se pode ver na imagem abaixo:

---

<sup>3</sup> Sobre a prática de libertos adotarem o sobrenome dos seus antigos senhores, ocorrência comum na história brasileira, ver: Miranda, 2009.



**Figura 1 – Joaquim Neto (primeiro à direita, de terno branco) junto à diretoria do Bonsucesso Futebol Clube de Barreiras/BA (1948)**



**Fonte:** Acervo do Núcleo de História e Memória da UFOB.

Pamplona não afirma categoricamente, mas é razoável acreditar que sua origem social, interpretada à luz de ideias “subversivas” trazidas de São Paulo, como o sindicalismo, o tenha feito enveredar pela “advocacia rábula, porta-de-cadeia”, o que contribuiu para sua prática política e imagem disseminada de “líder dos humildes” e “protetor dos pobres”, numa clara alusão a Getúlio Vargas, de quem era ardoroso partidário. Considerando os conhecimentos de Pamplona,

Foi assim que Joaquim Neto fez A PRIMEIRA REUNIÃO SINDICAL, em Barreiras, em 1947, congregando pedreiros, serventes, carpinteiro, ferreiros, marceneiros, carregadores de tijolos e de barro, enfim, todos os operários da construção de Barreiras e vizinhanças. Daí nasceu o Bonsucesso F.C., clube esportivo operário [...]. Dava conta do restaurante, da advocacia, do Bonsucesso, do Sindicalismo, e, se não bastasse, fundou o P.T.B. Partido Trabalhista Brasileiro, em companhia de [cita diversas pessoas], tendo filiado meio mundo de gente entre os trabalhadores urbanos e rurais (Pamplona, 1991, p. 3, grifo do autor).

A arregimentação “sindicalista” de Neto era significativa também porque o Oeste da Bahia fora uma zona de forte tradição mandonista e acossada por conflitos violentos decorrentes das disputas de poder entre coronéis e seus grupos (Mello, 1989), a exemplo dos “barulhos” havidos em

Formosa do Rio Preto e Santa Rita de Cássia (situadas no extremo Oeste baiano) no início do século XX (Silva, 1997). Nesse sentido, como sustenta Pamplona (1991, p. 3), o teor insurgente da linguagem alegadamente subversiva de Neto se constata quando, ao fazer acusações a Sabino Dourado, prefeito de Barreiras em diferentes períodos entre as décadas de 1940 e 1960, teria dito que ele seria “um representante dos latifundiários e das oligarquias dominantes”.

O retrato de Neto como questionador da ordem, representante popular orgânico e agitador político inspirado pelo trabalhismo getulista é ressaltado em pelo menos outros dois relatos, em certa medida similares àquele de Pamplona.<sup>4</sup> Um deles é o do jornalista maranhense Clóvis Sena, que no livro *Fronteira Centro-Oeste* (1999) descreveu o que ouvira de um cidadão barreirense no antigo “La Barca”, lendário restaurante à beira do Rio Grande:

[...] de origem humilde, Joaquim Neto, talvez o mais brilhante líder trabalhador do interior baiano. Fez organizar todos os trabalhadores urbanos, inclusive os vaqueiros, os pescadores, os tecelões, os da construção civil, os carpinteiros, e uma categoria que hoje não existe mais, os carregadores de tijolos. Até empregadas domésticas ele levou para tirar carteira, no que se antecipou em uns quarenta anos à lei federal. Não tinha nem curso primário completo. E se fez rábula, só para tirar trabalhador da cadeia [...]. Joaquim Neto era politicamente um trabalhista, isto é, getulista [...]. A história de Joaquim Neto é rica de episódios, tendo ele morrido à míngua, só e esquecido. Era preto, aleijado de um pé, caolho, orador inspirado (Sena, 1999, p. 153).

O escritor barreirense Joaquim Reginaldo da Matta, no romance *Candango's Bar* (2015) (uma obra ficcional com personagens reais, na explicação do próprio autor), embora retome pontos já contemplados nos excertos anteriores, destaca o nexos entre sua atuação política e o estabelecimento do bairro Vila Brasil, uma ocupação organizada de terra por camadas pobres do Oeste em plena área urbana de Barreiras levado a cabo entre 1950-1960, uma ação que teria rendido a prisão de Joaquim Neto (Sena, 1999).<sup>5</sup> Em palavras bastante elogiosas, seu percurso se salienta pela diversidade de vinculações coletivas e sociais:

<sup>4</sup> Ainda nas palavras de Pamplona (1991, p. 3): “cozinheiro renovador, o progressista antecipado, o agitador, o subversivo, o político científico, popularista, sem compromisso com as oligarquias, um petebista-getulista autêntico, um sindicalista atuante, voltado para o fenômeno social, o advogado dos pobres”.

<sup>5</sup> Pamplona (1991, p. 3) apresenta um relato de abordagens policiais que teriam sido comuns na existência de Neto e dos moradores da Vila Brasil: “Foi numa dessas reuniões na Vila Brasil, organizado o meio de campo, sol a pino ele já meio careca, ambiente tenso, alguém lhe ofereceu um chapéu de palha e ele o recusou. Perguntaram-lhe o porquê. Resposta: ‘Se a polícia aparecer, eu vou correr e o chapéu atrapalha [...]’”.





Neto, o pai dos pobres e desvalidos, nada tinha de seu, a não ser a vontade de servir. Era um preto retinto, distinto na sua elegância singular, no seu andar pausado – ninguém poderia confundi-lo com outra pessoa. O vereador neto se elegeu com o voto dos mais humildes eleitores da cidade de Barreiras. Quando, na campanha política, um outro candidato denegriu a imagem das damas da noite, Neto, no mesmo palanque, na sua vez de falar, pediu o voto das raparigas, “Aqueles moças que vivem na ponta da rua, nas casas de luz vermelha”. Pediu também os votos dos pescadores, dos brejeiros, dos carregadores de saco; e não se acanhou de pedir também o voto das professoras e de todos os homens de coragem da cidade. Teve votação consagrada. Logo após a posse, fez valer de seu prestígio para fazer a Prefeitura doar um terreno brejeiro onde ele, Neto, em regime de mutirão, ergueu uma vila de casas modestas para os paupérrimos de Barreiras (Matta, 2015, p. 27-28).

A experiência da Vila Brasil, com época de fundação incerta (os dados disponíveis entre os autores que citamos são discrepantes), permaneceu na memória histórica de Barreiras como a vitrine mais visível dos projetos políticos de Joaquim Neto. Teria sido a primeira grande manifestação “comunista-subversiva” de Barreiras (Pamplona, 1991, p. 3). No lugar que ajudou a erigir e onde morava, e que influenciaria a ocupação de outras glebas na cidade, como o bairro Santa Luzia, atualmente o mais populoso de Barreiras, construído a partir dos anos 1990, Neto faleceria “em completo ostracismo” (Pamplona, 1991, p. 3), em alguma data ignorada da década de 1960.

Para além das atribuições de alteridade, abnegação e humanismo nos gestos de Joaquim Neto com os pobres e marginalizados de Barreiras, outro rol de questões que foi frequentemente encarado na leitura pretérita de sua trajetória – e de seus significados – é o que se entende na cultura contemporânea como os marcadores da diferença, a saber raça, classe, gênero e sexualidade. Como a origem de classe subalterna, é patente que sua cor não foi silenciada, pelo contrário. Porém, é intrigante – e interessante – que, à exceção de Sena (1999), essa adscrição estivesse acompanhada de adjetivos pacificadores, verificados nas palavras de alguns de seus biógrafos, como que a negar ou amenizar sub-repticiamente o traço de marca racial.

Pamplona (1991, p. 3) não o fixa racialmente de modo direto, embora lembre dele como filho de “preta”; diz, no entanto, que era “uma pessoa civilizada, sem recalques”. Mais adiante, no mesmo artigo, declara enigmaticamente que em seis discursos nunca faltava a interjeição “Oxalá”, da qual “seu subconsciente era prisioneiro”. Por que essa palavra de origem árabe, mas que está ligada ao universo religioso do candomblé, seria sinônimo de aprisionamento? Matta (2015, p. 27) pontua que ele era “preto retinto, distinto na sua elegância”. A vírgula, nesse trecho, parece dividir uma gramática



de antagonismos quase inconciliáveis no Brasil: negritude/distinção social (Fernandes, 1964). Holanda (1991), ex-vereador de Barreiras e escritor, apresenta no cordel “Gente que foi Barreiras em pitorescas pinceladas” uma visão singular sobre esse ponto, adicionando outra problemática:

Joaquim Neto foi líder  
Sindicalista varonil  
Comandou a invasão  
Pra formar a Vila Brasil  
Preto fino de valor  
Não ligava pra doutor  
Com coragem garantiu

Porém a oposição  
Que de bicha lhe chamava  
O mestre-cuca Neto  
Por tão pouco ligava  
Na Câmara ele atuou  
Como bom vereador  
Não temia quem falava

Note-se que a primeira adjetivação remete à masculinidade (virilidade) e se conecta a atributos de ação e movimento, como “força”, “coragem”, “invasão”, dentro dos quais a negritude (“preto”) é emparelhada a uma positividade social (“fino de valor”), como se respondendo a uma contrariedade não declarada (negritude como desvalor/negatividade) de coisas no fundo opostas. Na segunda parte, a homofobia é declarada abertamente como um ingrediente do jogo político, mas o tom da escrita é suavizado em deslizamentos semânticos como “bom vereador”, “tão pouco”, “mestre-cuca”. Pamplona (1991, p. 3) recordou a questão da sexualidade em detalhe. Quando Neto trabalhava no restaurante, sua “fama [...] correu: o dono [...] é ‘chibungo’, homossexual, passivo, assumido, coisa rara na classe que, nos de Barreiras [sic] todos eram incubados”. Isso não teria impedido, entretanto, que ele fosse “aceito” pela população, pois era “homem com ‘H’ maiúsculo”, segundo o escritor.

No âmbito das identificações sociais, a recorrência de enunciativa de oposições, clivagens e contradições de raça, classe, gênero e sexualidade exprime, independente da intencionalidade dos autores que refletiram sobre Joaquim Neto – estavam todos de fato querendo exaltar o personagem e seu legado –, e por mais reduzida ainda que seja a escala, a materialidade discursiva de tensões e



preconceitos sociais no contexto histórico de Barreiras e do Oeste da Bahia no século XX, principalmente entre as décadas de 1940-1960.<sup>6</sup>

### Joaquim Neto por ele mesmo

Nos livros de atas da Câmara de Vereadores de Barreiras, que estão preservados desde 1948 no arquivo da instituição, deparamos com enorme quantidade de informação, entre leis e projetos de lei, regulamentações diversas, discursos e também alguns debates entre os parlamentares, muitos deles acalorados, como não poderia deixar de ser. Ao refletir acerca das características desse tipo de fonte, que consiste em transcrições manuscritas das falas de um indivíduo, feitas por uma escritã (no caso de Barreiras), é preciso considerar as deficiências dessa mediação, como as possíveis diferenças ou discrepâncias entre as palavras ditas e escritas, erros de português, omissões e supressões da parte escritã, interferências do presidente da Câmara ou mesmo dos próprios vereadores, entre outros fatores. Como expressão de um panorama global de apreensão do passado, o registro parlamentar é limitado, como qualquer outra fonte, e à verdade histórica absoluta deve-se por essa razão renunciar. Entretanto, o vocabulário, a linguagem e as coisas ditas, assim como os silêncios, os interditos e os não ditos, são monumentos (Le Goff, 1996) inscritos no caminho dos indícios.

Joaquim Neto aparece mais atuante sobretudo entre 1951 e 1955. Permaneceu na Câmara até 1958, mas nos últimos anos, após o suicídio de Getúlio Vargas (1954) e o enfraquecimento do trabalhismo, a sua frequência no púlpito diminuiu. Comentamos nas páginas anteriores que Luiz Pamplona havia retornado a Joaquim Neto, em livro de 2002. Nessa obra, o escritor expõe que, no estado de São Paulo, Neto conhecera as “[...] revoluções de 1930, 1933, da Intentona Comunista de 1937, da II Guerra Mundial, da Coluna Prestes, dos horrores da guerra e ficou apaixonado pelo ‘queremismo’ de Getúlio Vargas” (Pamplona, 2002, p. 126).

Retornando a Barreiras (por razões desconhecidas), teria acalentado o desejo de “passar adiante tudo que houvera visto e aprendido” (Pamplona, 2002, p. 127). Na política institucional, fundou a seção do PTB em Barreiras com Aroldo Cavalcante, Elpídio Camerindo da Silva e Napoleão

---

<sup>6</sup> Cf. poesia de Ataliba C. Lima: “A Vila Brasil soba égide da discriminação [...] / Discriminar por que, malditos ditos doutores / O homem preto do branco, o homem pobre do rico / Por ventura o nosso fundador era um homem preto? / Ou era um homem pobre, o nosso fundador [...] / Humilhar, diferenciar, discriminar por que, malditos ditos doutores?” In: CARVALHO, Prisilina. *Barreiras, conta tua história*. Barreiras: [s./ed.], 2012, p. 182-184.



Macedo, e por essa agremiação foi eleito para seus dois mandatos. Em suas intervenções, entrevemos referências sobre as experiências que teria vivenciado ou conhecido em São Paulo:

Vou contar a ocorrência de dois fatos ocorridos na capital de S. Paulo, em [...] 1942. Descendo eu a ladeira que prosseguia a Avenida S. João, descia em excesso de velocidade um carro. Os guardas deram sinal de parada e este obedeceu, sendo em seguida conduzido para a Ordem Política Social. O delegado especial examinando os documentos, surpreendeu-se de tal maneira [...] ao ver que o delinquente era Getulinho Vargas, filho do Presidente [...]. No momento estava ele vestido de macacão e percebendo a situação do Delegado disse: não se preocupe Doutor, faça justiça, eu sou infrator. Bradou no outro dia o Diário de S. Paulo: detido Getulinho Vargas, e os lacaios do Presidente Vargas enviavam-lhe telegramas e mais telegramas. Respostas: – Faça justiça. [...] Nas capitais não se conhece grande, mediante a Lei.<sup>7</sup>

Embora saibamos que ele estava em São Paulo no interregno mais violento da ditadura do Estado Novo, entre 1937 e 1945, e também que a confiança na universalidade de aplicação da legislação penal como atributo distintivo das grandes cidades brasileiras possa soar irreal ou ingênuo, a percepção da impessoalidade da vida urbana e o contato com o exercício aparentemente mais imparcial do alcance social da Lei compuseram leituras de realidade que se mostraram influentes no seu pensamento e prática política. Em outra parte, sua posição de classe é alinhada a um discurso sobre direitos sociais, o que sinaliza a reverberação de noções trazidas talvez do contato com ideias políticas igualitárias em São Paulo:

Sendo eu um descamisado nascido da plebe e filho do trabalho, sem brações; porém, aqui, dezenas de filhos da plebe a quem pertenco acharam-me de confiar o mandamento que não estou na altura de exercer [...]. se o povo tem o seu direito ele deve ser respeitado, já na velha Alemanha no tempo de Bismark procuravam demolir o prédio de um campones para embelezamento do seu palácio e este não consentiu; vão aos tribunais, Bismark perde; não era Bismark Senhor Presidente o grande ditador? No entanto, ele diz: – Infelizmente na Alemanha tem leis. E é diante de tal fato que eu tomo como exemplo e digo ao nosso Prefeito: – Infelizmente em Barreiras a vontade do povo e as leis são respeitadas.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> Discurso de Joaquim Neto, 1 dez. 1952, p. 49-50, Livro de Atas n. 7. Livros de Atas da Câmara, Arquivo Administrativo da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores do Barreiras, Bahia.

<sup>8</sup> Discurso de Joaquim Neto, 25 ago. 1951, p. 61-62, Livro de Atas n. 7. Livros de Atas da Câmara, Arquivo Administrativo da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores do Barreiras, Bahia.



O aparato da legislação social trabalhista, instituído na Era Vargas a partir dos anos 1940, foi um apoio fundamental aos movimentos políticos de Joaquim Neto, o que é observado em diversos momentos, a exemplo de sua visão “sindicalista” (Pamplona, 1991) dos problemas da cidade e dos cidadãos. Porém, o que foi nomeado de “sindicato” na pesquisa bibliográfica aparece como “associação” na documentação da Câmara. Em 21 de abril de 1953, “[...] o Presidente da Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil”, exaltando Tiradentes como símbolo de “redenção da República”, censura o prefeito (Sabino Dourado) pela política a seu ver equivocada de feriados, pois “[...] muitos exercem suas funções atravessando anos e anos sem gozar o seu direito de férias baseado no artigo 132 da Consolidação das Leis do Trabalho [...]”.<sup>9</sup>

No entanto, não se pode romantizar ou exagerar, através de Neto ou qualquer outro petebista barreirense, uma representatividade popular totalmente orgânica e desinteressada, pois, embora ostentasse bandeiras progressistas, as lógicas de atuação e formação das coligações do PTB de Barreiras e da Bahia, por exemplo, se mostraram contingenciais e envoltas com frequência pelo fisiologismo no intervalo democrático, de 1945 a 1964. As chapas para a disputa da Prefeitura de Barreiras são mostra disso, como se pode ver nas atas da Câmara em muitas ocasiões. Porém, o historiador Hebert Oliveira (2020, p. 789) defende que o PTB baiano foi “[...] um partido que se mostrava heterogêneo na composição das ideias, mas fincava suas forças no movimento trabalhista, nos sindicatos, na classe trabalhadora”.

Seja como for, não são poucas as ocorrências de críticas e cobranças de Neto ao Poder Executivo Municipal. Neto procurava manejar os conceitos do trabalhismo traduzindo-os politicamente para o contexto social das reivindicações das populações marginalizadas de Barreiras de sua época. Foi assim que organizou aquela que deve ter sido uma das primeiras greves do Oeste e/ou do interior baiano, ao que parece no início dos anos 1950. Uma petição do Poder Executivo municipal à Câmara, lida em plenário em abril de 1952, mostra visões sobre as relações de trabalho pautadas ainda na ideia de obediência, permanências culturais de estruturas da submissão social (escravidão/servidão) não muito distantes no tempo:

---

<sup>9</sup> Discurso de Joaquim Neto, 28 abr. 1953, p. 81-82, Livro de Atas n. 8. Livros de Atas da Câmara, Arquivo Administrativo da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores do Barreiras, Bahia.



[...] Aroldo Cavalcanti apresentou o Parecer [...] do Prefeito municipal [...] a respeito da atitude [de] Joaquim Neto [...]: Diz o Artigo 46 da referida Lei textualmente que: – Desde a posse, nenhum Vereador poderá (inciso V) patrocinar causas contra o poder público municipal [...], e de fato o referido Vereador, se bem que seja Presidente de um Sindicato, não se lembrou que era Vereador; e, sendo assim, patrocinou a causa dos diaristas que trabalham na Prefeitura Municipal desta cidade, concitando-os a fazerem greve (onde permaneceram um dia sem trabalharem) a fim de que o [...] Prefeito lhes pagassem conforme a Lei do salário mínimo para os operários deste Município. [...] e ainda mais que, se eu fora o prefeito, demitiria todos os diaristas grevistas presentes, porque diz os Estatutos dos Funcionários [...].<sup>10</sup>

Tal como os diaristas (funcionários da limpeza pública), muitos sujeitos sociais que peticionavam o auxílio de Neto se encontravam realmente nos setores mais vulneráveis da sociedade: “[...] criadores, lavradores, proprietários e interessados, vêm por êste meio pedir [...] a construção de uma ponte no Rio Grande [para não impedir o trânsito] aos gerais, onde fazemos sôlta ou retiro de gado para aliviar os pastos”.<sup>11</sup> No Gerais, região de vegetação mais densa que acompanha rios, veredas e lagoas, se achavam (ainda se acham) povos tradicionais como geraizeiros e quilombolas. Em uma de suas falas, o vereador descreveu o empenho que deveria ser feito pelo Poder Público para disciplinar e democratizar o açougue municipal, de modo que “[...] a população pudesse saborear um pedacinho de carne melhor, principalmente os pobres que vivem com os dentes estragados de tanto roerem ossos. O sargento e o cabo de polícia comeram fogo para botarem os ricos na fila”.<sup>12</sup>

Por menor que seja o fragmento, podemos saber que a carestia era debatida, e que sua resolução passasse, talvez, por uma reformulação da abordagem policial relativamente às questões sociais, que atingiam negativamente uma legião de famintos de cor preta e/ou parda.

A respeito desse último aspecto, é difícil detectar de forma aberta, direta e declarada processos de racialização nessa documentação, ainda mais considerando o período dos anos 1940-1960, que representa o auge no desenvolvimento e popularização da ideologia da mestiçagem e o discurso da democracia racial. Em diálogo com Hebe Mattos e Wlamyra Albuquerque, o historiador baiano Diego Lino Silva (2021, p. 18) diz que, no pós-abolição, “[...] marcadores de racialização [...] se

---

<sup>10</sup> Parecer da Prefeitura de Barreiras, 15 abril 1952, p. 37-39, Livro de Atas n. 7. Livros de Atas da Câmara, Arquivo Administrativo da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores do Barreiras, Bahia.

<sup>11</sup> Petição, 4 jun. 1951, p. 94, Livro de Atas n. 7. Livros de Atas da Câmara, Arquivo Administrativo da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores do Barreiras, Bahia.

<sup>12</sup> Discurso de Joaquim Neto, 1 dez. 1952, p. 49-50, Livro de Atas n. 7. Livros de Atas da Câmara, Arquivo Administrativo da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores do Barreiras, Bahia.



intensificaram na atribuição de inferioridades às pessoas pretas.” Para ele, um conjunto de categorizações se efetivou “[...] a partir de silenciamentos sobre a cor, sob jogos de dissimulação ou sobre falaciosas ideologias de harmonia racial”.

Essa teorização ajuda a entender a relativa escassez de informação sobre cor/raça nas atas da Câmara de Barreiras, uma cidade que, se tomado o quadro do tempo presente (2021), possui maioria parda e preta na sua composição étnica, a despeito do influxo de migrantes sulistas brancos desde 1980. Nada indica que essa configuração fosse diferente no sentido de haver população menos negra no passado. Pelo contrário, as imagens de Napoleão Macedo, fotógrafo documental que também foi ligado ao PTB de Barreiras e que produziu um extenso volume de material, sobretudo no segundo e no terceiro quartel do século XX, apresentam a paisagem racial de uma cidade com faces predominantemente negras/afro-brasileiras.<sup>13</sup>

Partindo do recorte delimitado pela trajetória de Joaquim Neto na Câmara (1948-1958), nas poucas vezes em que se falou sobre raça ou em termos raciais de maneira explícita nas transcrições das atas, foi a voz de Aroldo Cavalcanti que se escutou. Médico oriundo de Vitória da Conquista (BA), esse “nêgo da pele escura” (Holanda, 1991) foi vereador pelo PTB e ocupou a presidência da Câmara, cujo Plenário leva seu nome. Em uma de suas providências, sugere aos colegas “que seja castigado dentro da Lei, todo aquele indivíduo, sem distinção de classe ou de cor que [lançar] dentro do rio [...] bombas com o intuito de matar peixes”.<sup>14</sup> Sua fala reverberava quiçá os debates da Lei Afonso Arinos, promulgada em julho desse ano de 1951, e que previa pioneiramente o combate aos preconceitos de cor/raça. Alguns anos depois, o vereador tornou a se exprimir: “Se é que no Brasil existe brancos, eu em Barreiras sou o mais branco de todos os brasileiros, e isto porque todos os meus atos na vida pública e privada são tão alvos e limpos que nem o sol de leve os manchará”.<sup>15</sup>

Nessa passagem, a ideologia da democracia racial se faz sentir em todo seu significado político. Essa formação ideológica pressupõe que, por ser o Brasil um país mestiço (“se é que há brancos”), as linhas de cor seriam embaralhadas e as raças diluídas, o que resultaria na inexistência

---

<sup>13</sup> O material fotográfico documental de Napoleão Macedo mencionado se encontra atualmente no acervo do Núcleo de História e Memória da Universidade Federal do Oeste da Bahia, em Barreiras.

<sup>14</sup> Discurso de Aroldo Cavalcanti, 7 nov. 1951, p. 121, Livro de Atas n. 7. Livros de Atas da Câmara, Arquivo Administrativo da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores do Barreiras, Bahia.

<sup>15</sup> Discurso de Aroldo Cavalcanti, 11 abr. 1955, p. 174, Livro de Atas n. 10. Livros de Atas da Câmara, Arquivo Administrativo da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores do Barreiras, Bahia.



de fronteiras sociais rígidas e bem delimitadas em termos de um equacionamento racial. Contudo, por outro lado, e contraditoriamente ao conteúdo semântico manifesto da ideologia racial-democrática, na fala de Cavalcanti a brancura é expressa como índice de moralidade e pureza (positivo), o que quer dizer que, pela lógica, a negridade seria reflexo de imoralidade e impureza (negativo). Logo, em tese não há raças, mas uma evidente taxonomia (valoração) racial se projeta em um jogo de poder, porque a suposta ausência de raças seria acompanhada da ausência de um problema racial – o racismo.

Consoante o contexto histórico, as ideias de Cavalcanti eram coerentes à negação (por silenciamento ou desprezo inconsciente) de raça na ordem pública do discurso. Mas a prova mais contundente de que a ideologia não condizia com a realidade, e que se dissimulava para mascarar a violência e o conflito racial, seguindo as definições de Silva (2021), é um episódio de possível preconceito vivido por Joaquim Neto na Câmara Municipal. Em novembro de 1951, um nervoso debate foi captado pela escritã, que narrou a situação da seguinte forma:

Caio Torres Bandeira [...] se defendeu dizendo que o Vereador Dr. Aroldo Cavalcanti procurava sempre combater todos os seus atos e que o Senhor Vereador Joaquim Neto, por estar ocupando um lugar de destaque, que nunca ocupou, estava se salientando, e que concordava em ser censurado por qualquer de seus colegas, e não por um Joaquim Neto, e para não tolerar mais outra afronta desta natureza, a renunciar o seu mandato, retira-se do recinto.<sup>16</sup>

O motivo da contenda é desconhecido, e pode ter sido parcialmente causado por disputas político-partidárias. Porém, algum movimento preconceituoso não declarado se fez presente, ao menos de acordo com essas palavras, únicos indícios que restaram no tempo. Como Neto, Cavalcanti também era negro, mas ocupava um “lugar de destaque” (era médico, um “Doutor”), o que seria incompatível com “um Joaquim Neto”. Resta saber o significado desse “um” personificado na figura do vereador, que remete claramente a um sujeito – ou um tipo – social mais abrangente. Seriam a origem social, a atividade sindicalista, a identificação com as classes populares, ou mesmo a orientação sexual associada à racialidade os vetores da contrariedade que o vereador sentia com a presença do colega na Câmara? O próprio Neto, três dias mais tarde, ao finalizar o ano parlamentar,

---

<sup>16</sup> Discussão parlamentar, 4 nov. 1951, p. 127, Livro de Atas n. 7. Livros de Atas da Câmara, Arquivo Administrativo da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores do Barreiras, Bahia.





oferece pistas das motivações subjacentes ao episódio: “E ao receber o ano de 1952, deixe que o ano velho leve tudo o que por ventura nos foi desagradável, e que de novo voltaremos a trabalhar não visando preconceito, ideologias políticas nem tão pouco partidárias”.<sup>17</sup>

Talvez não seja fortuito que nas raras vezes em que se localizou o fator racial e menções ao preconceito nas atas da Câmara Municipal de Barreiras na década de 1950, foram dois vereadores negros os intermediários dessa relação violenta entre a vida e a palavra nos domínios do racismo e da experiência infernal (Fanon, 2008) da discriminação.

## Considerações finais

Esse texto procurou realizar um exercício de história social do pós-abolição no Oeste da Bahia através da trajetória de Joaquim Neto. Demonstramos, primeiramente, pelo estudo de fragmentos de sua vida, como aspectos de sua individualidade e sua obra política foram objetivadas na memória cultural barreirense, em especial no memorialismo e na literatura. Desse arcabouço emergiram informações importantes para recompor a singularidade do percurso do personagem, mas dele também se depreendeu, por sua constituição e natureza, que os preconceitos de raça, classe, gênero e sexualidade se formataram historicamente como fenômenos disseminados na sociedade de Barreiras ao longo do século XX. Por mais restrito que seja o horizonte de fontes nesse sentido – por razões contextuais e institucionais –, é patente que a lógica de seus argumentos constrói uma gramática discursiva em que diferenciações negativas, como o racismo social, são atualizadas e reproduzidas.

Na segunda parte do texto, analisam-se as ideias e palavras do próprio sujeito em discussão, bem como os ditos e não ditos de seus contemporâneos, no restrito ambiente da Câmara de Vereadores de Barreiras, corroborou a hipótese sugerida inicialmente (a existência histórica observável de assimetrias e preconceitos relacionados a marcadores da diferença, no âmbito de dinâmicas interseccionais de subjetivação). Os predicados do trabalho parlamentar e a racionalização de sua linguagem, bem como a evidência dos atravessamentos das realidades e reivindicações dos cidadãos barreirenses nas falas dos vereadores, propiciaram um olhar sobre o vocabulário histórico de um

---

<sup>17</sup> Discurso de Joaquim Neto, 7 nov. 1951, p. 196, Livro de Atas n. 7. Livros de Atas da Câmara, Arquivo Administrativo da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores do Barreiras, Bahia.



mundo em que a pobreza, a violência e a estigmatização foram processos cotidianos na construção de diferenças, hierarquias e desigualdades.

Entretanto, é preciso não incorrer em superinterpretação. Pensou-se, tão somente, na costura de uma perspectiva de análise, feita com o uso de algumas fontes inéditas ou nunca tratadas historiograficamente até o momento no campo acadêmico, sobretudo as referidas atas da Câmara de Barreiras. Defendemos, assim, que os estudos de pós-abolição, através de uma analítica da historicidade do racismo, podem ser estabelecidos como um campo de pesquisa para os historiadores do/no Oeste da Bahia, interpelando as violências e coerções que acometeram pessoas do tipo de “um Joaquim Neto”, mas que, como ele, ou se apropriaram de aparelhos formais do Estado, a exemplo da política institucional, ou inventaram novos modos de ser e estar no mundo, postura de que dão testemunho os moradores da Vila Brasil.

## Referências

- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1996.
- LIMA, Ataliba Campos. Elegia a Joaquim Neto. In: CARVALHO, Prisilina. *Barreiras, conta tua história*. Barreiras: [s. n.], 2012. p. 182-184.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- HOLANDA, Paulo. *Gente que foi Barreiras em pitorescas pinceladas*. Barreiras: [s. n.], 1991.
- MATTA, Joaquim Reginaldo da. *Candango's Bar: romance de um barreirense*. Barreiras: [s. n.], 2015.
- MELLO, Maria Alba. *História política do baixo médio São Francisco: um estudo de caso de coronelismo*. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1989.
- MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. *Vestígios recuperados: experiências da Comunidade Negra Rural de Tijuacu – BA*. São Paulo: Annablume, 2009.



- OLIVEIRA, Hebert. A trajetória do Partido Trabalhista Brasileiro na Bahia: primeiras leituras. *Em Tempo de Histórias*, Brasília, DF, n. 37, p. 780-790, 2020.
- OLIVEIRA, Maria Aparecida Brito. Formação territorial do Oeste da Bahia: um estudo das políticas territoriais do estado no período 1889-1955. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO, 1., 2014. Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Porto Alegre: Letra1; Rio de Janeiro: Rebrageo, 2014. p. 1278-1292.
- PAMPLONA, Luiz Gonzaga. *Barreiras/BA, da Barra pra cá*. Barreiras: [s. n.], 2002.
- PAMPLONA, Luiz Gonzaga. Joaquim Neto, subversivo sindicalista. *Correio de Barreiras*, Barreiras, v. 2, n. 9, 1991.
- RIOS, Ana; MATTOS, Hebe. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.
- SENA, Clóvis. *Fronteira Centro-Oeste*. Goiânia: Kelps, 1999.
- SILVA, Diego Lino. *As senzalas da cidade: relações raciais entre negros roceiros (Bahia, 1940-1960)*. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2021.
- SILVA, Dionísio Correia. *Sebereba: no tempo dos coronéis do Nordeste*. São Paulo: Lucre, 1997.
- SOUZA, Jamile Conceição Ramos. *Barreiras-BA: estudo sobre a Vila Brasil*. 2018. Projeto (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Universidade Federal do Oeste da Bahia, Barreiras, 2018.

Artigo submetido em 28/04/2022, aceito em 19/05/2022 e publicado em 10/06/2022.

